O SINO DO SAMUEL

Jornal da Faculdade de Direito da UFMG

Ano 3 | Nº 28 | Belo Horizonte | Outubro de 2016

Foto: Foca Lisboa

Foto: Euripedes Balsanuf

Os bons filhos a casa tornam

Ex-alunos da Faculdade de Direito, Cármen Lúcia e Ziraldo são homenageados por atuação de destaque no cenário nacional

Págs. 2 e 3

Saiba como foi a audiência pública sobre o trabalho escravo **Pág.4**

Faculdade de Direito é a mais bem-avaliada do país **Pág.5**

Cientista político analisa o atual sistema eleitoral brasileiro **Pág.7**

Casa de Afonso Pena completa 125 anos...

Fundada em 4 de dezembro de 1892, Faculdade de Direito da UFMG inicia comemorações de aniversário com homenagem a Ziraldo

Graduado como bacharel em Direito na turma de 1957, o escritor Ziraldo foi convidado a voltar à Vetusta no último dia 3. O motivo era especial: dar o pontapé inicial nas comemorações dos 125 anos da Faculdade. E, claro, receber todas as honras que um ex-aluno tão ilustre merece.

Ziraldo foi presenteado pelo personagem Menino Maluquinho com uma placa em sua homenagem e ouviu o diretor Fernando Jayme enaltecer os 60 anos de formados da turma do escritor, que também foi convidada para o evento. Fernando complementou: "Estamos muito felizes de receber essa figura que sempre esteve muito presente em nossas vidas. O Ziraldo trouxe para nós a alegria das crianças e da nossa juventude".

Da época de estudante na Vetusta, Ziraldo se lembrou de diversos causos e brincou com os presentes. "Estes colegas que estão aqui hoje foram para a Europa comigo. Vocês não podem imaginar como foi essa viagem de navio! Eu tinha uma cara de pau enorme, virei o cantor do navio e fui para a classe executiva, sendo que tinha embarcado na terceira classe. Foi a viagem mais fantástica da minha vida", contou.

Para simbolizar um abraço coletivo de toda a comunidade acadêmica no escritor, a diretoria entregou um colete confeccionado pelo artista e estilista Marcelo Blade, com a logomarca da Faculdade. Na Biblioteca, ele ainda se emocionou ao ver painéis montados com desenhos e cartinhas de crianças de escolas públicas e uma exposição de documentos sobre sua vida acadêmica. Ziraldo tem um marco histórico como aluno da Faculdade de Direito, pois se formou na última turma que estudou no primeiro prédio da escola, na antiga e autêntica Casa de Afonso Pena.

Comemorações não param

Para integrar ainda mais a comunidade acadêmica, a coordenadora da Biblioteca Prof. Lydio Bandeira de Mello, Andréa Brandão, idealizou o projeto *Direito a Prosa Verso Poesia & Cia*. Entre os objetivos da iniciativa, está a construção de uma agenda comemorativa dos 125 anos da Faculdade. A intenção é promover oito eventos – sendo um por mês no período de um ano – que contemplem saraus de poesia, palestras, homenagens, papo jurídico com a comunidade externa, entre outros.

Fotos: Euripedes Balsamuf

Ziraldo participa de homenagem ao lado dos formandos da turma de 1957 e visita exposição na Biblioteca

...E homenageia seus ilustres

Atual presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, também recebeu as honras com sua indicação para a Medalha de Honra UFMG 2016

As homenagens aos ex-alunos da Faculdade de Direito que se tornaram importantes personalidades no cenário nacional continuam. No último dia 3, foi a vez da Universidade Federal de Minas Gerais, por meio do Programa Sempre UFMG, render homenagens à ministra Cármen Lúcia na cerimônia Medalha de Honra UFMG. O evento condecora os ex-alunos que se destacaram pela competência profissional, pelo compromisso ético, pela responsabilidade social e pela luta em favor da cidadania.

Em sua sétima edição, a cerimônia homenageou profissionais selecionados pelas unidades acadêmicas correspondentes à formação de cada um. A Faculdade de Direito indicou a atual ministra e presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia. A jurista foi aluna da Casa de Afonso Pena nos anos de 1980 e 1981. Em 1982, ela defendeu sua dissertação de mestrado em Direito Constitucional.

Cármen Lúcia recebeu a Medalha de Honra UFMG das mãos do diretor da Faculdade, Fernando Jayme. A ministra disse que se sente uma eterna aluna da casa. "Se eu tivesse que viver 100 vezes, escolheria sempre os mesmos pais e mestres que tive nesta vida. Essa é a maior graça que recebi. É por isso que gestos como este não são pelo que nós fizemos, mas são compromissos pelo que ainda há de ser feito. Isso é necessário para que a gente continue prestigiando instituições como esta, que dão ao Brasil tudo que o país mais precisa: a esperança de que somos capazes de uma produção que melhore a vida das pessoas, no sentido de mais justiça e liberdade", enfatizou.

Foto: Foca Lisboa

O diretor Fernando Jayme (à direita) e o vice Aziz Saliba foram os afitriões de Cármen Lúcia

Segundo Cármen, o rigor profissional pelo qual ela é nacionalmente conhecida é fruto dos ideais difundidos por seus professores ao longo de sua vida acadêmica. "Temos que ser capazes de honrar o sonho dos que foram nossos mestres. E depois, com nossos alunos, temos o mesmo compromisso de sonhar e fazer com que eles também partilhem das nossas esperanças de um Brasil melhor, que é sempre capaz de sair da dificuldade. O que a universidade faz é dar a certeza de que alguém sonhou antes de mim. E eu tenho o compromisso de persistir na esperança de que, sonhando, tentamos fazer do Brasil um país mais justo", finalizou.

Entre os 15 homenageados do evento, também estiveram o secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, o empresário Josué Christiano Gomes da Silva e o escritor, chargista e cartunista Ziraldo.

O que é trabalho escravo para você?

O assunto foi debatido na Faculdade de Direito, em audiência pública sobre o PL que muda o conceito de crime por exploração de trabalho escravo

Juízes, desembargadores e autoridades do Direito estão preocupados com as consequências do Projeto de Lei nº 432, de 2013, que tramita no Senado. A proposta foi amplamente discutida no dia 2 de setembro, em audiência pública realizada na Faculdade de Direito pela Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas. E a conclusão sobre os termos não foi nada otimista. Para os participantes, o PL altera o que é entendido hoje como trabalho escravo moderno.

As discussões foram coordenadas pelos professores Carlos Henrique Haddad e Lívia Miraglia, que tiveram entre os debatedores nomes como os de Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação e Cidadania; Zildo Gomes Viana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belo Horizonte (Marreta); Adriana de Moura Souza, procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho; e José Eduardo Chaves Resende Júnior, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho.

De acordo com o Código Penal brasileiro, o trabalho análogo ao de escravo se configura quando há condições degradantes de trabalho, jornada exaustiva, trabalho forçado e/ou servidão por dívida. Para Haddad, juiz federal e idealizador da Clínica do Trabalho Escravo, dependendo de como for aprovado, o Projeto de Lei pode representar uma mudança significativa nesse conceito de trabalho escravo no Brasil, desconsiderando situações que ainda são recorrentes nos dias de hoje.

A professora Miraglia, que também é responsável pela Clínica, complementou, ressaltando que essa discussão é feita há mais de 20 anos. "Apesar desse PL objetivar a regulamentação da expropriação das terras onde for identificada a exploração de trabalho escravo, por outro lado, haverá a criação de um novo conceito, para fins de desapropriação, menos abrangente. Isso porque o PL não trata a jornada exaustiva e a submissão a condições degradantes de trabalho como hipóteses do crime, limitando-o àquele em que há cerceamento do direito de liberdade do trabalhador."

Especialistas de diversas áreas do Direito do Trabalho participaram da audiência pública

Fotos: Luciana Mayer

Já Nilmário elogiou a iniciativa da audiência pública e reforçou: "Sempre tentaram tratar a ideia do trabalho escravo como um exagero. O trabalho escravo é uma violação gravíssima dos Direitos Humanos. Ninguém é escravo porque quer, trata-se de um abuso e da opressão daqueles que detêm o poder".

Escravidão em números

- Desde 1995, **mais de 50 mil pessoas** foram resgatadas das condições precárias de trabalho.
- **Mais de mil trabalhadores** em condições análogas à escravidão foram resgatados pelo Ministério do Trabalho – resultado de 140 ações fiscais realizadas pelo governo.
- **61% das vítimas** de trabalho escravo no Brasil foram localizadas em áreas urbanas.
- O setor de extração de minérios concentrou **31,05% dos trabalhadores resgatados**, seguido da construção civil, com 18,55%; e da agricultura e da pecuária, com 15,18% e 14,29%.

Fonte: Ministério do Trabalho

Faculdade de Direito é a melhor do Brasil

O curso de Direito da UFMG está em 1º lugar no Ranking Universitário da Folha (RUF) 2016. Foram avaliadas pelo Datafolha as 40 graduações com mais ingressantes no Brasil, como Administração, Direito e Medicina, a partir de dois indicadores: ensino e mercado.

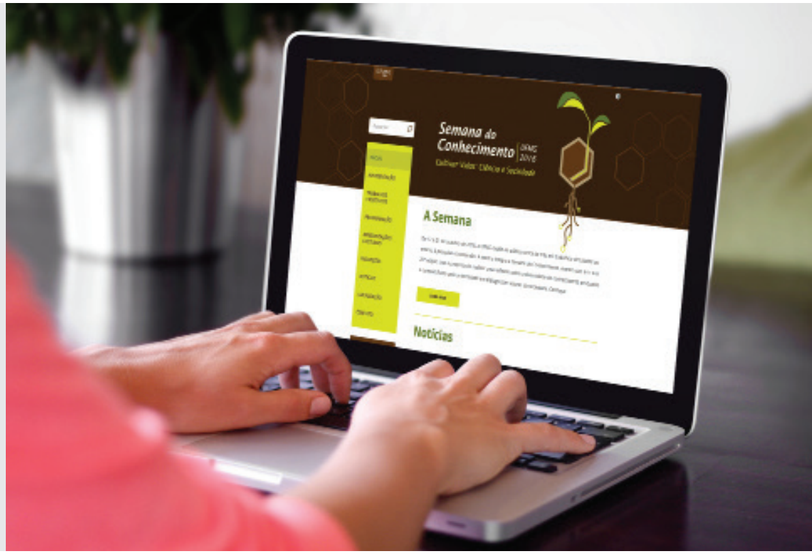
Além de entrevistas com docentes qualificados como avaliadores do MEC, foi feito um estudo da proporção de professores com mestrado e doutorado, professores com dedicação parcial e integral, e desempenho dos alunos no Enade. Também foram feitas entrevistas com profissionais do mercado.

O diretor da Faculdade de Direito, Fernando Jayme, aprovou o desempenho dos alunos e professores. "O resultado é a afirmação de que a integração da comunidade acadêmica faz com que docentes, servidores técnico-administrativos e alunos direcionem seus esforços para oferecer o que cada um tem de melhor para a formação de excelência", destacou.

Semana do Conhecimento

O objetivo da Semana do Conhecimento é construir espaços de reflexão e compartilhamento de experiências, difusão, troca de conhecimento e divulgação da produção acadêmica. De 17 a 21 de outubro, mais de 3 mil trabalhos vinculados ao ensino, à pesquisa e à extensão serão apresentados nos campi da UFMG em Belo Horizonte (Pampulha e Saúde) e Montes Claros.

Para acompanhar a programação e saber mais sobre o evento, acesse ***www.ufmg.br/semanadoconhecimento.***



Conferência Itália-Brasil

Nos dias 19, 20 e 21 de outubro, a Faculdade de Direito sediará a 2ª Conferência Itália-Brasil, para aprofundar a pesquisa sobre as convergências e divergências entre as leis brasileiras e italianas, integrando os estudos jurídicos na academia dos dois países.

Diversidade Sexual e de Gênero

O Diverso UFMG promove, entre os dias 12 e 15 de outubro, o II Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero. Com apoio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac) e financiamento da Embaixada do Reino dos Países Baixos, da Fapemig, do CNPQ e da OAB-MG, o evento é inspirado na campanha Livres e Iguais, da ONU. O objetivo é consolidar e ampliar as discussões correntes sobre teorias de gênero e sexualidade, à luz do contexto da educação jurídica, das ciências do Estado e das práticas políticas, legislativas e judiciais dirigidas às mulheres e pessoas LGBT. O tema da segunda edição do congresso será a *Efetivação de Direitos Humanos e Cidadania de Mulheres e Pessoas LGBT*, que terá como foco a interdisciplinaridade e o desejo de aproximação entre a academia e a realidade desse público. Saiba mais em ***www.diversoufmg.com/congresso.html.***

Governança das Redes e o Marco Civil

O Grupo de Estudos Internacionais de Propriedade Intelectual, Internet e Inovação (GNET-UFMG) e o Instituto de Referência em Internet e Sociedade (Iris) realizarão o II Seminário Governança das Redes e o Marco Civil da Internet, nos dias 26 e 27 de outubro. Serão duas sessões temáticas, oito grupos de trabalho e 10 painéis com a participação de acadêmicos renomados, como Alexandre Pacheco (FGV-Direito, São Paulo), Alexandre Veronese (UnB), Brunelo Stanciolli (UFMG), Camila Nicácio (UFMG e Clínica de Direitos Humanos).

As inscrições podem ser feitas ***clicando aqui***.

As eleições já não são mais as mesmas

Professor analisa o cenário de mudanças no sistema eleitoral brasileiro e chama a atenção para as consequências das novas regras de financiamento das campanhas

Professor Bruno Wanderley

Fotos: Divulgação

O Brasil vive um momento de transformação no campo político. No dia 2 de outubro, milhões de cidadãos foram às urnas para eleger seus vereadores e prefeitos, e muitos deles precisarão voltar para o segundo turno das eleições 2016. As discussões políticas, porém, vão além do rito eleitoral e têm consequências que superam as escolhas para as esferas da administração pública.

As mudanças no sistema de financiamento das campanhas, por exemplo, estão configurando um novo cenário nas disputas municipais. Mas será que tais alterações são essencialmente boas?

Para entender mais sobre esse e outros temas, **O Sino do Samuel** conversou com o professor do Departamento de Ciência Política (DCP) e vice-diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da UFMG, Bruno Pinheiro Wanderley Reis. Confira!

O Sino do Samuel: Com a proibição do financiamento privado de campanhas, há uma mudança significativa no sistema eleitoral brasileiro?

Bruno Wanderley: Essa é uma mudança importante, mas é preciso fazer a distinção de que não há uma proibição de financiamento privado das campanhas, e sim uma proibição de doações por pessoa jurídica. Isso significa uma redução muito grande da quantidade de dinheiro das campanhas, mas ainda resta saber qual é o impacto disso em alguns parâmetros importantes, como na correlação entre o dinheiro arrecadado e a probabilidade de um candidato ser eleito. Outra coisa é analisar o impacto da concentração relativa das fontes de doação. Agora, pessoas físicas podem doar até 10% do seu rendimento bruto, e candidatos podem doar sem restrição, o que fez com que candidatos ricos fossem os principais protagonistas do processo eleitoral, doando tanto para suas próprias campanhas quanto para as de seus correligionários. Então, neste momento, temos uma incógnita. Temos a diminuição da quantidade de dinheiro, o que é uma boa notícia, mas, dependendo do comportamento de alguns outros parâmetros, isso pode significar uma piora.

SS: Apenas no Brasil o teto para o doador de campanhas é um percentual de sua renda. Esse fator pode ser alvo de corrupção?

BW: Eu diria que esse é um forte aliado para a manutenção do abuso do poder econômico em campanha, porque induz os candidatos a pedirem dinheiro a grandes doadores. Isso é muito sério. O Brasil é o único país no mundo em que o teto para doação é um percentual da renda do doador, o que favorece doadores mais ricos. Nos outros países, o que existe é um teto nominal, igual para todos os doadores.

SS: Numa entrevista, o senhor disse que temos um sistema político excessivamente vulnerável ao dinheiro. Há falhas dos Tribunais Regionais Eleitorais na fiscalização das milhares de campanhas de candidatos pelo país?

BW: Nosso sistema de Justiça Eleitoral tem uma atuação quase exemplar. É uma instituição que não existe em toda parte do mundo e contribui muito com a credibilidade e a eficiência operacional como um todo.

O problema é que temos um sistema eleitoral muito difícil de fiscalizar. Quase todo sistema proporcional opera com listas partidárias pré-ordenadas, nas quais você é convidado a votar no partido. Eventualmente, essas listas se subordinam a algum tipo de flexibilidade, mas, na prática, quase sempre operam com listas saídas das convenções partidárias. Existe uma meia-dúzia de países que operam como nós, com listas não ordenadas, em que os candidatos vão individualmente fazer campanha. Mas, nesses casos, os distritos têm menos cadeiras, como no Chile. No Brasil é diferente. Temos um sistema com centenas, milhares de candidaturas, prestando contas individualmente. Os tribunais eleitorais podem não dar conta de aprovar esse volume. Em conversas que já tive, ouvi que eles operam por meio de denúncias ou por amostragem, quando auditam com mais cuidado. Alguma coisa passa, é claro.

SS: Na sua opinião, o que deveria ser feito no âmbito da lei eleitoral para que houvesse um controle mais efetivo, evitando-se a corrupção?

BW: O principal objeto da lei eleitoral não é evitar a corrupção, mas prover uma boa representação da vontade popular. As instâncias que objetivam conter a corrupção é a CGU [Controladoria-Geral da União], o TCU [Tribunal de Contas da União], o Ministério Público, enfim. No entanto, sim, eu acredito que o sistema eleitoral pode contribuir com isso, produzindo uma competição eleitoral que minimize a exposição e a vulnerabilidade dos candidatos a poucos grandes doadores poderosos. É preciso nivelar isso. O que eu sugiro é pegar os pontos em que o sistema brasileiro é atípico, digamos assim, e alinhar com a experiência internacional.

"O BRASIL É O ÚNICO PAÍS NO MUNDO EM QUE O TETO PARA DOAÇÃO É UM PERCENTUAL DA RENDA DO DOADOR, O QUE FAVORECE DOADORES MAIS RICOS."

SS: É possível "quebrar a roda"? O que nós, eleitores, podemos fazer para que tenhamos um processo eleitoral mais saudável?

O sistema nos pede para votarmos no candidato com quem nos identificamos, mas, após eleito, idealmente, o sujeito só existe como membro de uma bancada. Então, se você gostou de um candidato, antes de mergulhar nele, conheça a coligação em que ele está. Se nela tem um candidato mais famoso de quem você não gosta, não vote, porque ele entrará antes do seu candidato, provavelmente. Se eleito, seu candidato viverá a pão e a água se não jogar conforme o líder da bancada. O jogo é partidário, não individual. O sistema nos chama para uma "fulanização" que é falsa.

SS: O país está vivendo de fato uma bipolaridade partidária?

BW: O Brasil é um país repleto de partidos, porém, efetivamente, tem sido bipartidário nas eleições presidenciais desde 1994. O PSDB foi paulatinamente empurrado no sentido de encarnar o antipetismo, como não era originalmente. O resto é reforçado pela vitória reiterada do PT por quatro vezes, numa polarização que rondou pessoalmente Lula, pois há aqueles que o amam e aqueles que o odeiam. Tudo isso sem nos esquecermos das redes sociais, que aumentaram o custo psicológico da exposição de todos nós à discussão política, e do atual ambiente de denúncias de corrupção, que acabou criando uma erosão de credibilidade do sistema político como um todo, numa perda de centralidade do PSDB e, principalmente, do PT, mas que impactou todos os partidos.

Clique aqui
para ouvir a íntegra desta entrevista.

BRUNO WANDERLEY REIS possui graduação em Ciências Econômicas pela UFMG (1987), mestrado (1990) e doutorado (1997) em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). Atua no campo da ciência política, com ênfase em metodologia, teoria da escolha racional e política comparada.

Informativo digital da Faculdade de Direito da UFMG.

Diretor da Faculdade de Direito: professor Fernando Gonzaga Jayme - **Fundador deste jornal:** professor Aloízio Gonzaga de Araújo Andrade - **Jornalista responsável:** Ana Carolina Bicalho - 11867/MG - **Redação:** Luciana Mayer - **Diagramação:** Renata Coutinho de Moura - **Revisão e produções editorial e gráfica:** Partners Comunicação Integrada - (31) 3029-6888 www.partnerscom.com.br